
Alvos da “lava jato” pagaram R\$ 40 milhões para Alvarez & Marsal

A consultoria Alvarez & Marsal, para a qual Sergio Moro foi trabalhar depois que deixou o governo Bolsonaro, informou ao Tribunal de Contas da União que 75% de todos os honorários que recebe no Brasil são provenientes de empresas investigadas pela "lava jato".



Segundo reportagem da revista *Veja*, nos últimos anos a

consultoria recebeu quase R\$ 42,5 milhões de empresas pilhadas pela atuação de Sergio Moro e do Ministério Público Federal: R\$ 1 milhão por mês da Odebrecht e da Atvos (antiga Odebrecht Agroindustrial); R\$ 150 mil da Galvão Engenharia; R\$ 115 mil do Estaleiro Enseada (que tem como sócias Odebrecht, OAS e UTC); e R\$ 97 mil da OAS.

O TCU recebeu essas informações no bojo da investigação da atuação de Moro: suas decisões, como juiz, ajudaram a colocar as empresas em situação financeira delicada; alguns anos depois, ele passou a trabalhar na consultoria responsável pela condução de várias dessas recuperações judiciais.

Segundo a revista *Veja*, no entanto, a Alvarez & Marsal não quer informar ao TCU quanto pagou a Moro no período em que ele trabalhou lá. A consultoria teria dito que não considera o TCU o órgão competente para investigar uma relação privada.

Publicamente, a empresa garante que Moro nunca trabalhou diretamente para nenhuma das empresas que ajudou a afundar. Já Sergio Moro, quando questionado, desconversa e diz que vai divulgar as informações sobre sua remuneração "no momento oportuno".

Investigação no TCU

A pedido do subprocurador Lucas Rocha Furtado, o TCU abriu procedimento para [investigar a ida de Moro](#) para a Alvarez & Marsal. O conflito ético é evidente, mas o TCU investiga também se houve proveito econômico.

Em dezembro do ano passado, o ministro Bruno Dantas [ordenou que a consultoria](#) revele quanto pagou ao ex-juiz quando ele deixou a empresa. Também mandou a empresa apresentar todos os processos de recuperação em que atuou no período da "lava jato", para que seja possível acompanhar a evolução dos negócios. O ministro garantiu ao MP junto ao TCU [acesso integral](#) aos contratos.



A investigação acabou atíçando amigos do ex-magistrado. O procurador Júlio Marcelo de Oliveira, fã declarado de Moro, pediu para participar do processo como custos legis, colocando em xeque a atuação de Lucas Furtado. Bruno Dantas negou o pedido. "Enfatizo que simpatia pessoal ou convergência ideológica não se confundem com interesse público", ressaltou na decisão.

Também saiu em defesa de Moro o senador Alessandro Vieira, do Cidadania (partido que está negociando formar uma federação com o Podemos de Moro). Vieira fez uma representação contra Bruno Dantas por suposto abuso de autoridade, mas [sem qualquer legitimidade](#): os crimes de abuso são de ação penal pública incondicionada, ou seja, só o Ministério Público poderia denunciá-los.

Date Created

21/01/2022